

ABERTURA DO ANO LECTIVO QUE NORMALIDADE?

O início do ano lectivo 2005/2006 está a ser marcado por uma profunda intranquilidade e desorientação, criando nos seus actores, professores, pais e alunos muita inquietação e apreensão quanto ao futuro, o que pode pôr em causa a qualidade de ensino.

As últimas medidas tomadas pelo Governo de redução de direitos e de aumento dos deveres, vieram acompanhadas de uma campanha profundamente injusta e caluniosa contra os professores e a escola pública provocando a degradação da sua imagem.

Por outro lado estas medidas atentam contra o conceito de profissionalidade docente, subvertendo aspectos essenciais do conteúdo funcional da profissão, valorizando uma perspectiva utilitarista de escola, pensada mais como espaço de acolhimento e guarda de crianças e jovens e muito menos como espaço pedagógico organizado no sentido de lhes proporcionar aprendizagens relevantes e significativas, o que contribui para a degradação da qualidade do ensino.

A não contagem do tempo de serviço prestado entre 30/08/2005 e 31/12/2006 e o congelamento da progressão na carreira; o aumento da idade da reforma para 65 anos de profissionais cuja actividade provoca um acentuado desgaste físico e psicológico; a extinção de diversas reduções da componente lectiva por desempenho de cargos pedagógicos e o aumento efectivo do horário de trabalho dos educadores e professores; a alteração de diversas normas do ECD sem que se abrisse um processo global de revisão com vista à sua negociação com as organizações sindicais representativas de docentes, são algumas das medidas que mais atentam contra os direitos dos docentes duramente conquistados e a qualidade do ensino.

As alterações aos estágios pedagógicos dos novos docentes, feitas apenas para não proceder ao pagamento de uma remuneração aos estagiários, vêm degradar a qualidade da sua formação.

Também não é compreensível o prosseguimento de uma política educativa que mantém cerca de 40 mil docentes no desemprego, quando se torna necessário e é fundamental para o desenvolvimento sustentável do país o aumento da escolaridade dos portugueses combatendo o abandono e a saída precoce da escola.

É inaceitável que a Ministra da Educação determine a abertura dos jardins de infância e das escolas do 1º CEB até às 17,30 horas e transfira para outros (autarquias, pais e professores) a responsabilidade de resolver a forma de ocupar as crianças após as actividades lectivas. A escola transforma-se num espaço de mera guarda de crianças degradando o seu estatuto e o dos docentes que nela trabalham.

Não basta decretar a abertura das escolas. É necessário dotá-las dos meios financeiros, humanos e logísticos suficientes para que as escolas possam oferecer aos seus alunos melhores condições de aprendizagem, quer curriculares quer extracurriculares.

O desenvolvimento sustentável do país exige uma outra política educativa que assuma a educação como um valor estratégico, combata o insucesso e o abandono precoce da escola, e a exclusão social.

O PCP está ao lado dos docentes na sua justa luta contra esta ofensiva do Governo que atenta contra a sua dignidade profissional e a qualidade do ensino. O momento é de acção.

Há professores a mais?

Imaginemos que:

- as cargas horárias estavam ajustadas às necessidades de aprendizagem;
- todas as disciplinas e áreas curriculares que devem ser dadas em parcerias pedagógicas o eram efectivamente e em todas as escolas;
- as turmas não excediam os 20 alunos e, que, nos casos em que sejam compostas por alunos com necessidades educativas especiais fossem reduzidas;
- existiam programas e meios eficazes de prevenção do abandono escolar;
- os trabalhadores-estudantes viam o seu estatuto cumprido pelas entidades patronais e tinham a possibilidade de frequentarem o ensino nocturno numa escola pública perto de casa;
- se desenvolviam eficazmente os cursos de alfabetização;
- os professores (por se tratar de uma profissão de grande desgaste psicológico) se pudessem reformar com 60 anos de idade;
- eram mobilizados mais professores para a investigação em ciências da educação de modo a desenvolver métodos e formas eficazes de combater o atraso educativo em Portugal;
- os grupos e os departamentos eram reavaliados e estabelecidos de acordo com as especificidades científico-pedagógicas e não fundidos artificialmente apenas para evitar mais reduções lectivas a coordenadores e delegados.

Ainda haveria desemprego docente?



40.000
professores desempregados
= choque antipedagógico

estes são os cordelinhos manobrados pelo grande capi tal



Medidas para reduzir a qualidade de despesa na educação:

- manter um nº elevado de alunos por turma (se possível as turmas devem ser ainda maiores)
Quanto maiores forem as turmas menos professores serão precisos (o ideal seria haver uma turma por escola)
- À medida que os professores se forem reformando fechar os lugares de quadro.
A medida foi tomada pelo PSD, mas dá imenso jeito! Assim, não só reduzimos a despesa como tornamos o trabalho mais precário, logo, mais barato!
- Aumentar a idade da reforma.
36 anos de serviço e 65 de idade. Era bom que antes dos 70 ninguém se reformasse, ou, pelo menos, que não conseguissem a reforma por inteiro. Pouparamos muito dinheiro em reformas!
- Congelamento das carreiras.
- Fim das reduções da componente lectiva por idade.
EXCELENTE MEDIDA! Por agora só obrigamos os professores a estarem na escola. De futuro devemos carregar nos tempos lectivos - Assim não teremos que contratar tantos professores!
- Corte nas despesas de funcionamento
Todos os materiais devem ser pagos pelos professores e pelos alunos. Nada de apetrechar as escolas com novos equipamentos (é despesista!). Apesar disso podíamos dizer que estamos muito interessados no ensino profissional.

NOTA: Em caso de greve dizer que os professores são uns selvagens terroristas interessados em arruinar a educação

Clarinda, não esperes por mim,
ainda tenho 14 colegas à minha frente
para usar o computador e tenho
de preparar uma aula para amanhã

Eu deixei um livro em cima desta mesa, juro!
precisava tanto dele para a aula da tarde...
... Custou-me os olhos da cara...

Ó Artur consegues apanhar a minha caneta
que caiu no chão? É que eu preciso
de corrigir uns testes e não tenho espaço
para me baixar.

Sim, eu estou com um clube de poesia.
Fica naquela sala onde estão mais 6 clubes.
Fizeram um biombo para os separarem das
aulas que decorrem no resto do espaço

Colegas, deixem-me passar, por favor!
Finalmente posso ir para casa trabalhar!

**Sala de professores
depois do ME obrigar
os professores a permanecer
na escola durante
a componente
não lectiva**



VALE A PENA VOTAR CDU!

Estamos perto das eleições autárquicas e, dia 9 de Outubro, todos os votos contam para dar voz aos trabalhadores, aos jovens, aos reformados. Só o voto na CDU é o voto útil. Útil para quem vota, porque sabe que não é defraudado depois das eleições. Útil porque só a CDU defende, de facto, os interesses das populações.

Um bom resultado para a CDU significa, em primeiro lugar, um bom resultado para as populações, pois o reforço da CDU nas autarquias tem-se revelado, ao longo dos anos, em mais e melhor trabalho em benefício dos munícipes e no reforço do poder local democrático. Assente num projecto autárquico ímpar, na experiência e na ligação dos candidatos à vida e aos problemas concretos de cada freguesia e concelho, a CDU apresenta-se a estas eleições para trabalhar com honestidade e competência.

Por outro lado, é conhecido o papel das forças que compõem a CDU, designadamente o PCP, no combate à política de direita, executada agora pelo Governo PS.

As eleições autárquicas de 9 de Outubro, apesar da sua natureza específica, deverão constituir também uma oportunidade para penalizar as opções políticas do actual Governo, particularmente na Administração Pública - e, mais concretamente, os professores - e na Educação.

Quanto maior for a força eleitoral da CDU, mais forte será também a luta contra essa política.

"Em toda a parte a CDU vale a pena!" E vale a pena, não apenas a pensar no poder local e nas eleições de 9 de Outubro: vale a pena a pensar no futuro, a pensar nos dias que se seguem ao dia das eleições onde outras batalhas se perfilam. Porque dar mais força à CDU é também reforçar a presença dos que não viram a cara à luta, não se calam perante as injustiças e dão voz aos que não a têm. É reforçar a mais consequente e combativa força de esquerda, é dar mais força à luta em defesa de uma vida melhor para os trabalhadores, os reformados, os pequenos e médios empresários, os jovens.

PCP-PEV

